



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
compras@uffs.edu.br - www.uffs.edu.br

TERMO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇO Nº 13/2021

Processo Administrativo nº 23205.018314/2021-09

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso II da Lei nº 8.666/1993

Unidade Requisitante: DMAN

Requisição de Compras nº: 1345/2021

Para conhecimento dos interessados, informamos que a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, sediada na Avenida Fernando Machado, 108 E, Bairro Centro, em Chapecó/SC, realizará **COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇO**, do tipo **menor preço**, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Termo de Cotação Eletrônica.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

DATA DE ABERTURA: 03/09/2021 às 08h00min.

ENCERRAMENTO: 10/09/2021 às 14h00min.

1. DO OBJETO

1.1. Descrição do Objeto

1.1.1. O objeto desta Cotação Eletrônica de Preço visa a **aquisição de peças para o Sistema de Irrigação - Pivot Central da marca Valley, modelo 4865 - 8000 - VLS/1-110, patrimônio número 063907 localizado nas áreas experimentais da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim/RS**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

| Item | Código Catálogo | Código CATMAT | Especificação Técnica | Unidade | Quant. | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
|------|-----------------|---------------|---|---------|--------|----------------------|-------------------|
| 01 | 3025005100029 | 476338 | ABRAÇADEIRA FITA 6.5/8" CAIXA ELÉTRICA ALTA REVERSÃO PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 10 | 6,90 | 69,00 |
| 02 | 3025005100013 | 470243 | ARTICULAÇÃO 8X5/8" PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 01 | 582,25 | 582,25 |
| 03 | 3025005100032 | 470243 | CAIXA ELÉTRICA FINAL SEM ACIONAMENTO DE CANHÃO | Unidade | 01 | 1.786,00 | 1.786,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
compras@uffs.edu.br - www.uffs.edu.br

| | | | | | | | |
|----|---------------|--------|--|---------|----|----------|----------|
| | | | PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | | | | |
| 04 | 3025005100026 | 452718 | CURVA SENNINGER 180M, 3/4" X 3/4" COM MANGUEIRA DE BORRACHA E TUBO DE DESCIDA PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 05 | 22,35 | 111,75 |
| 05 | 3025005100025 | 470243 | KIT PARAFUSO/PORCAS TRELIÇA PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 03 | 89,33 | 267,99 |
| 06 | 3025005100014 | 470243 | LUMINÁRIA PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 01 | 297,72 | 297,72 |
| 07 | 3025005100031 | 470243 | PERNA DIREITA MODELO STANDARD PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 01 | 587,35 | 587,35 |
| 08 | 3025005100030 | 470243 | PERNA ESQUERDA MODELO STANDARD PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 01 | 558,54 | 558,54 |
| 09 | 3025005100022 | 470243 | PERNA TRIÂNGULO DO BALANÇO - SUPORTE LETREIRO PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 02 | 1.278,40 | 2.556,80 |
| 10 | 3025005100015 | 470243 | PLACA LETREIRO PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 01 | 1.116,05 | 1.116,05 |
| 11 | 3025005100027 | 470243 | PLACA TRAPEZOIDAL APOIO TIRANTE PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 03 | 80,92 | 242,76 |
| 12 | 3025005100019 | 470243 | PLACA TRAPEZOIDAL BALANÇO - SUPORTE LETREIRO PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 01 | 94,96 | 94,96 |
| 13 | 3025005100024 | 470243 | TIRANTE INICIAL 3/4" (AMARELO - SEQUÊNCIA DE MONTAGEM) PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 04 | 343,17 | 1.372,68 |
| 14 | 3025005100023 | 470243 | TOCO DO BALANÇO ENTRE TUBOS PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 01 | 811,75 | 811,75 |
| 15 | 3025005100020 | 470243 | TRAVESSA INFERIOR PARA PIVÔ MARCA VALLEY | Unidade | 01 | 121,24 | 121,24 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
compras@uffs.edu.br - www.uffs.edu.br

| | | | MODELO 8000 | | | | |
|---------------------|---------------|--------|--|---------|----|----------|----------------------|
| 16 | 3025005100021 | 470243 | TRAVESSA SUPERIOR PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 01 | 403,75 | 403,75 |
| 17 | 3025005100016 | 470243 | TRELIÇA DIAGONAL (AZUL) 2,10M GALVANIZADO PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 04 | 149,50 | 598,00 |
| 18 | 3025005100018 | 75442 | TUBO FINAL 6.5/8" PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 01 | 2.786,30 | 2.786,30 |
| 19 | 3025005100017 | 75442 | TUBO INICIAL 6.5/8" PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 01 | 2.339,62 | 2.339,62 |
| 20 | 3025005100028 | 466618 | VEDAÇÃO FLANGE 6.5/8" ENTRE TUBOS PARA PIVÔ MARCA VALLEY MODELO 8000 | Unidade | 05 | 52,95 | 264,75 |
| Total Geral: | | | | | | | R\$ 16.969,26 |

1.2. Especificações do objeto

1.2.1. As descrições constantes no quadro acima foram elaboradas pelo requisitante do objeto e têm intuito apenas de fornecer subsídios básicos claros e coerentes para que Administração consiga realizar uma compra com padrões de qualidade, de maneira a suprir suas demandas.

1.2.2. Na hipótese de haver diferença entre a descrição dos itens/unidade de medida registrados no sítio www.comprasnet.gov.br e as especificações/unidade de medida constantes neste Termo de Cotação Eletrônica de Preços, deverão ser consideradas as constantes neste Termo.

1.2.3. A Contratada deverá ter ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente no fornecimento dos materiais.

1.2.4. Deverá ser observada as condições de transporte necessárias para garantir a qualidade e conservação dos materiais, garantindo assim a integridade e qualidade do mesmo.

1.2.5. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Termo de Cotação Eletrônica e seus Encartes quanto às especificações do objeto.

1.3. Da Garantia

1.3.1. O prazo de garantia dos materiais, desde que observadas e respeitadas as disposições legais aplicáveis são as dispostas no Código de Defesa do Consumidor – CDC, salvo quando o fornecedor indicar prazo maior na proposta comercial.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
compras@uffs.edu.br - www.uffs.edu.br

1.3.2. Durante o período de garantia, quaisquer peças, componentes ou outros materiais que apresentarem vício ou defeitos de fabricação ou danos não decorrentes de uso em condições normais, incluso os sofridos durante o transporte até as dependências da Universidade, deverão ser substituídos por originais e novos, sem qualquer ônus adicional à UFFS.

1.3.3. As despesas tais como, frete, impostos, tarifas e seguros dos equipamentos e/ou componentes substituídos serão de inteira responsabilidade da Contratada.

1.4. Do Planejamento da Aquisição conforme Ações Institucionais e PAC

1.4.1. A demanda prevista neste Termo de Cotação Eletrônica de Preço está contemplada no Plano de Ação Institucional e foi consolidada no Plano Anual de Contratações – PAC 2021, conforme extrato de consulta reproduzido abaixo:

| PLANO DE AÇÃO 2021 | | |
|-------------------------|--|---|
| Código do Plano de Ação | Objetivo da Ação Institucional | |
| PROAD 001 | Contratação de serviços e aquisição de peças | |
| PLANEJAMENTO PAC 2021 | | |
| Nº do item no PAC | Descrição | Unidade responsável pela demanda no PAC |
| 12753 | Serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças em máquinas, equipamentos e mobiliários da UFFS. Erechim. | SUGEP - DMAN |

1.4.2. Informações detalhadas sobre a consolidação desta demanda estão minudenciadas nos Planos Anuais de Contratações da UFFS divulgados no sítio eletrônico da Universidade.

1.5. Dos critérios de sustentabilidade

1.5.1. Em atenção a Legislação vigente e ao disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, a empresa Licitante deverá observar, no que couber, as práticas de sustentabilidade previstas nos Art. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República e Legislação correlata:

1.5.1.1. Que os bens sejam constituídos preferencialmente, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável;

1.5.1.2. Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

1.5.2. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
compras@uffs.edu.br - www.uffs.edu.br

critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

- I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
- IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

1.5.3. O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

2.1. Da justificativa da Aquisição

2.1.1. A aquisição dos materiais para conserto do Sistema de Irrigação, objeto desta Cotação Eletrônica, originou-se, segundo justificativas apresentadas no pedido de compras, devido ao mau tempo, onde chuvas e ventos fortes danificaram e tombaram este sistema, ocasionando danos em várias peças e inviabilizando as atividades que estavam sendo realizadas. Neste contexto, a urgente manutenção se faz necessária para não ocasionar mais prejuízos no desenvolvimento das atividades institucionais, bem como o agravamento das condições do equipamento pela falta do conserto ou pelos desgastes das peças que estão em contato com o solo.

Antes do presente pedido, foi publicado um processo licitatório para contratação de empresa para execução do serviço de manutenção com o fornecimento de peças (Processo 23205.008425/2020-18). Porém, a licitação foi deserta, não havendo interessados na execução do serviço. Diante disso, nesta oportunidade serão adquiridas as peças fundamentais ao funcionamento do equipamento. Quanto aos serviços, o professor responsável pelo equipamento conta com recursos oriundos de um projeto, os quais serão empregados para suprir despesas com serviços da execução.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
compras@uffrs.edu.br - www.uffrs.edu.br

O Sistema de Irrigação é utilizado para o desenvolvimento das atividades práticas dos cursos de Agronomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental (PPGCTA), experimentos de TCC dos alunos da graduação, dissertações do PPGCTA, teses de doutorado com instituições parceiras (UFMS, EMBRAPAS, UTFPR, UFVJM, IFRS, dentre outras) e de projetos aprovados em agências de fomento (CNPq, FINEP, FAPERGS, CAPES, PETROBRAS, dentre outras). Esse equipamento traz informações importantes quanto a quantidade de lâmina de água a aplicar em milho, soja, feijão, cevada, trigo, canola, dentre outras, aliando ao estudo dos efeitos da aplicação de insumos agrícolas junto com a água, para assim os alunos, professores, técnicos e produtores rurais da região de inserção da UFFS, Campus Erechim terem informações precisas e concretas dessa técnica. Destaca-se que muitos produtores estão instalando esse tipo de equipamento em suas lavouras, tendo-se assim a necessidade de gerar informações de como funciona ou como deve funcionar, ou mesmo darmos treinamento adequado aos futuros profissionais que irão dar assistência técnica nas propriedades rurais. Ressaltamos ainda que a UFFS é uma das poucas IES que detém esse equipamento (Pivô) e que o conserto do mesmo se torna muito importante para seguirmos desenvolvendo técnicas adequadas à academia e também a comunidade regional do entorno.

O conserto das estruturas danificadas garantirá a continuidade das atividades e a disponibilidade de informações geradas para as finalidades a que o Pivô se destina, principalmente para os cursos de graduação, pós-graduação e pesquisas com cronogramas em andamento e prazos estabelecidos para prestar contas. O Pivô central é muito importante para serem realizadas pesquisas de ponta na UFFS, já que o mesmo além de gerar informações relacionadas a aplicação de lâminas de irrigação, aplicação de adubação e insumos agrícolas em doses diferenciadas, dentre outros, ainda quando há falta de chuva (estiagens prolongadas que são comuns em nossa região) poderá fornecer água às culturas agrícolas implantadas na área experimental não interferindo assim a falta de chuva nos resultados gerados ou que se gere resultados condizentes com o recomendado em situações normais (sem estiagens). Além disso, nesse pivô eram realizados dias de campo envolvendo alunos, produtores, técnicos e instituições da região e, parcerias com empresas de irrigação para demonstrarem, a esse público, novas tecnologias voltadas à irrigação agrícola.

A não realização da manutenção impossibilita o uso do Sistema de Irrigação e, conseqüentemente, a realização das atividades didáticas, experimentais e de pesquisa. Ainda, há somente esse pivô central, que atende aulas práticas e experimentos agrícolas dos cursos de Agronomia e do PPGCTA da UFFS, Campus Erechim, o qual foi adquirido com financiamento da Agência de Fomento FINEP em 2014 pelo professor Leandro Galon, sendo que sem o mesmo, todas essas atividades de estudo e de pesquisa ficarão comprometidas e sem ter outro local ou equipamento dentro do campus a esse fim. Os experimentos que estavam sendo realizados foram interrompidos em virtude de que o equipamento foi tombado pelo vento com danificações em muitas peças, assim o mesmo não está funcionando mais. Nesse caso tem-se a urgência do conserto do Sistema de Irrigação para reinstalar todos os experimentos novamente, ou seja, semear as culturas agrícolas novamente para prestar contas às agências de fomento, ou mesmo para os alunos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
compras@uffs.edu.br - www.uffs.edu.br

de graduação e de pós-graduação instalarem novamente seus projetos para defenderem seus TCCS, dissertações ou teses.

2.1.2. Da Estimativa do Quantitativo

2.1.2.1. Os quantitativos e necessidades a serem adquiridos foram calculados a partir da visita e da inspeção técnica efetuada por técnico especializado da empresa que forneceu o Pivô Central, logo após o mau tempo ocorrido na região. O técnico inspecionou o equipamento e, onde havia peças danificadas que demandam a troca, foram devidamente feitas anotações e postas no orçamento de compra.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E APLICAÇÃO DE NORMAS ESPECIAS

3.1. Da Classificação dos bens

3.1. O objeto deste Termo de Referência se enquadra como material comum, para fins do disposto no § 1º do artigo 2º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

3.2. Da Aplicação de Normas Especiais

3.2.1. Da Instrução Normativa nº 40/2020: A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão do Ministério da Economia emitiu no dia 22 de maio de 2020, a Instrução Normativa nº 40/2020 que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital. Acerca das disposições abarcadas pela normativa, tendo em vista que esta contratação se fundamenta em uma das exceções previstas no artigo 8º da referida IN, a solicitação da demanda foi realizada a partir do formulário de Pedido de Compras padrão da SUCL e outros formulários que contemplam o escopo do planejamento desta contratação:

Exceções à elaboração dos ETP

Art. 8º A elaboração dos ETP:

I - é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, III, IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e

II - é dispensada nos casos de prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada.

4. DA JUSTIFICATIVA DA SITUAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

4.1. Do Enquadramento legal

4.1.1. A presente aquisição será instruída diretamente, por dispensa de licitação, **com fundamento no Inciso II do Art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 junho de 1993**, através do **Sistema de COTAÇÃO**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
compras@uffrs.edu.br - www.uffrs.edu.br

ELETRÔNICA DE PREÇOS, cujo funcionamento é regido pelo disposto na Portaria nº 306 de 13 de dezembro de 2001 - o Anexo I - "Instruções Gerais e Procedimentos para Utilização do Sistema de Cotação Eletrônica de Preços" e no Anexo II - "Condições Gerais da Contratação", com vistas a ampliar a competitividade e racionalizar os procedimentos de aquisição de bens de pequeno valor.

4.2. Da escolha do fornecedor

4.2.1. A escolha do fornecedor em atendimento ao que preconiza o art. 26, II, da Lei nº 8.666/1993, será realizada com base no **menor valor** ofertado por item.

4.3. Da estimativa de Custos e Pesquisa de Preços

4.3.1. A pesquisa de preços dos bens a serem adquiridos foi realizada através do parâmetro IV do Art. 5º da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, para o qual foi utilizado como estimativa de preço **o menor dos preços unitários obtidos para cada item**.

4.3.2. A estimativa do custo total para a aquisição dos itens que compõem este Termo de Cotação Eletrônica é de **R\$ 16.969,26 (Dezesseis mil novecentos e sessenta e nove reais e vinte e seis centavos)**.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da Cotação Eletrônica de Preço, interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular e validado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos níveis I, II e III, equivalendo estes níveis à habilitação do fornecedor.

5.2. É vedada a participação de consórcios e empresas impedidas de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, na forma estabelecida em lei.

6. REQUISITOS PARA A PARTICIPAÇÃO

6.1. Os participantes deverão assinalar, em campo próprio do Sistema:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar e/ou contratar com o Órgão Promotor da Cotação Eletrônica ou com a Administração Pública;

II - o pleno conhecimento e aceitação das presentes regras, das Condições Gerais da Contratação, constante neste Termo de Referência da Cotação Eletrônica de Preços.

7. ENVIO DAS PROPOSTAS E LANCES

7.1. O envio de propostas e lances deverá ocorrer, exclusivamente, por meio eletrônico, pela



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
compras@uffs.edu.br - www.uffs.edu.br

Internet, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br - Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, vedada sua remessa em papel.

7.2. Do envio da Proposta e documentos de regularidade fiscal, trabalhista e ambiental:

7.2.1. A empresa vencedora deverá encaminhar os seguintes documentos para o e-mail compradireta@uffs.edu.br no prazo máximo 01 (um) dia após o encerramento da Cotação Eletrônica:

- a. Proposta de Preços** conforme modelo constante no “Encarte A” deste Termo de Cotação;
- b. catálogo/folders dos materiais;**
- c. Declaração SICAF** com os níveis de credenciamento I, II e III regulares e todas as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista vigentes;
- d. Declaração de não empregabilidade de menor** emitida pela empresa em atenção ao disposto na Lei nº 9.854/99.

7.2.2. Os documentos deverão ser enviados **somente por meio digital**, sendo dispensado o envio de sua remessa em papel.

7.3. Da Proposta de Preços

7.3.1. Na Proposta de Preços deverá constar obrigatoriamente:

- a.** Nome, CNPJ e endereço da empresa;
- b.** especificação do(s) item(ns);
- c.** marca e modelo do produto ofertado;
- d.** valor unitário e valor total dos itens e da Proposta;
- e.** data de emissão;
- f.** vigência da Proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de sua inclusão no sistema;
- g.** Identificação e assinatura do responsável pela emissão da Proposta.

7.3.2. O valor constante da proposta deve compreender todos os impostos, taxas, fretes, seguros, instalações e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o fornecimento dos produtos ofertados, abrangendo assim, todos os custos necessários à entrega do objeto desta cotação em perfeitas condições de uso.

7.3.3. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua inclusão no sistema.

7.3.4. Caso os proponentes não explicitem o prazo de validade de suas propostas e de entrega, a UFFS os considerará como sendo os citados neste Termo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
compras@uffrs.edu.br - www.uffrs.edu.br

- 7.3.5.** Propostas com prazos inferiores aos determinados neste Termo, não serão aceitas.
- 7.4.** É vedada a proposta de quantidade inferior à solicitada neste Termo.
- 7.5.** O julgamento da proposta será o **menor preço total do item**.
- 7.6.** Será considerado vencedor da cotação eletrônica aquele que apresentar, durante o período da cotação, o lance de menor valor sendo-lhe adjudicado o objeto, desde que atenda as respectivas especificações constantes neste Termo.
- 7.7.** A UFFS poderá anular ou cancelar a Cotação Eletrônica, total ou parcialmente, sem que disso resulte, para o proponente, direito a qualquer indenização ou reclamação.

8. ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 8.1.** O material objeto deste Termo de Cotação Eletrônica será solicitado mediante envio da Nota de Empenho, a ser enviada por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela empresa.
- 8.2.** O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias corridos**, contados da **confirmação** do recebimento da Nota de Empenho.
- 8.3.** Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: **Campus Erechim-RS, ERS 135 – Km 72, 200, CEP 99700-970, Erechim/RS.**
- 8.4.** A entrega dos materiais deste Termo de Cotação deverá ser realizada mediante Nota Fiscal.
- 8.4.1.** A Nota Fiscal deverá ser emitida no seguinte **CNPJ: 11.234.780/0001-50.**
- 8.5.** A entrega do material deverá ser realizada em horários posteriormente definidos pela UFFS, e indicados na Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a entrega possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais ao contrato.
- 8.6.** Quando do recebimento provisório do material, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega verificará a conformidade dos mesmos com as especificações constantes neste Termo de Cotação e na proposta.
- 8.7.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Cotação Eletrônica, seus anexos e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.8.** Por ocasião do recebimento do(s) materiais(s), a Universidade Federal da Fronteira Sul reserva-se o direito de proceder a inspeção de qualidade do(s) mesmo(s) e a rejeitá-lo(s), no todo ou em parte, se estiver(em) em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
compras@uffrs.edu.br - www.uffrs.edu.br

licitante Contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

8.9. A Contratada se obriga a efetuar, a qualquer tempo, a substituição de material rejeitado, se este apresentar defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações constantes do Pedido de Cotação Eletrônica de Preços, independentemente da quantidade rejeitada.

8.10. Correrá por conta e risco da empresa a substituição dos materiais que não estejam de acordo com as especificações técnicas descritas neste Termo de Cotação, e na proposta de preços apresentada à época da realização do procedimento de cotação.

8.11. O servidor designado para acompanhar a entrega do objeto formalizará o seu recebimento na própria nota fiscal e/ou fatura correspondente, no prazo máximo de dois dias úteis contados da data da entrega do objeto, pela Contratada.

8.12. O aceite do(s) materiais(s), pela Universidade Federal da Fronteira Sul, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de qualidade ou técnico do produto ou em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.1.2. Verificar minuciosamente a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta do fornecedor, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

9.1.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela licitante, de acordo com o Termo de Referência e os termos de sua proposta;

9.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
compras@uffs.edu.br - www.uffs.edu.br

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Cotação Eletrônica, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia ou validade;

10.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

10.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

10.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto.

10.1.7. A contratada deve ter a ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros qualquer que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.1.8. Deverá ser observada as condições de transporte necessárias para garantir a qualidade e conservação dos materiais, garantindo assim a integridade e qualidade do mesmo.

10.1.9. As peças a serem fornecidas deverão estar de acordo com parâmetros exigidos do INMETRO.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de



1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou instrumento equivalente, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.2.1. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atoste” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
compras@uffs.edu.br - www.uffs.edu.br

manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
compras@uffs.edu.br - www.uffs.edu.br

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{I = (6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis, haja vista que não haverá formalização de Termo de contrato.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e na Portaria MPOG n.º 306/2001, ao pagamento de multa nos seguintes termos:

14.1.1. pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;

14.1.2. pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;

14.1.3. pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;

14.1.4. pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;

14.1.5. pelo não cumprimento de qualquer condição fixada nestas Condições Gerais ou no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

14.2. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

14.3. As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
compras@uffs.edu.br - www.uffs.edu.br

14.4. O Órgão Contratante poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da Cotação Eletrônica de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.

15. INFORMAÇÕES E CASOS OMISSOS

15.1. Informações poderão ser obtidas no Órgão Contratante, a partir da divulgação do Pedido de Cotação Eletrônica de Preços, sendo resolvidos, os casos omissos, pela Superintendência de Compras e Licitações no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

15.2. Informações complementares poderão ser obtidas no órgão contratante, a partir da divulgação do Pedido de Cotação Eletrônica de Preços, pelo telefone (49) 2049-3764/2049-3791 ou pelo e-mail compras@uffs.edu.br.

15.3. As obrigações recíprocas entre a Contratada e o Órgão Contratante correspondem ao estabelecido nas presentes Condições Gerais da Contratação e no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços.

15.4. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, consoante o estabelecido no Art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

15.5. A eventual rescisão do ajuste se dará nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/1993, não cabendo, à Contratada, direito a qualquer indenização.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada, conforme **Declaração nº 82/2021 - DORC (10.17.08.21.05)** emitida pela Diretoria de Orçamento da UFFS:

Gestão/Unidade: 26440/158517

Fonte de Recursos: 8100000000

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0040

Elemento de Despesa: 339030

Plano Interno PTRES: 171285



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
compras@uffs.edu.br - www.uffs.edu.br

17. FORO

17.1. O Foro para solucionar quaisquer questões decorrentes deste procedimento e da contratação dele originada será o da Seção Judiciária de Chapecó - Justiça Federal.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Este Termo de Cotação Eletrônica foi elaborado a partir de informações consignadas pela Unidade Requisitante, responsável pelo Planejamento da contratação do objeto, conforme minudenciado nas Requisições de Compras identificadas no preâmbulo e demais documentos, justificativas e tratativas que integram o Pedido de Compras.

18.2. Do Encarte deste Termo de Cotação Eletrônica

18.2.1. Integram este Termo de Cotação Eletrônica, para todos os fins e efeitos, o seguinte Encarte:

18.2.1.1. ENCARTE A: Modelo de Proposta de Preços;

Chapecó/SC, 08 de setembro de 2021.

RENATO TONELLO
Chefe da Divisão de Importação

LIDIANE MARCANTE
Superintendente de Compras e Licitações

Eu, **ROSÂNGELA FRASSÃO BONFANTI**, Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura e Ordenadora de Despesas, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, **APROVO** o presente **Termo de Cotação Eletrônica nº 13/2021 e respectivo Encarte**, instruído com fulcro no **Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93**, que visa a **aquisição de peças para o Sistema de Irrigação - Pivot Central da marca Valley, modelo 4865 - 8000 - VLS/1-110, patrimônio número 063907 localizado nas áreas experimentais da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim/RS**, conforme as especificações e dados constantes no Termo ora aprovado.

Chapecó/SC, 08 de setembro de 2021.

ROSÂNGELA FRASSÃO BONFANTI
Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura
Ordenadora de Despesa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
compras@uffs.edu.br - www.uffs.edu.br

ENCARTE “A”

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ref. Cotação Eletrônica de Preço nº 13/2021

À Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

DADOS DA EMPRESA

Razão Social

CNPJ:

Endereço:

Cidade/UF:

CEP:

Telefone: ()

E-mail:

RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

Nome:

Cargo/Função:

RG:

CPF:

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS DA EMPRESA

Banco:

Agência:

C/C:

Apresentamos proposta para os **MATERIAIS** descritos abaixo, conforme especificações constantes no Termo de Cotação Eletrônica, pelo (s) valor (es) abaixo especificado (s):

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|-----------------------------|-----------|-------------------|--------|----------------|-------------|
| 1 | | | | | |
| 2 | | | | | |
| 3 | | | | | |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$ | | | | | |

Declaramos que:

- No (s) preço (s) proposto (s), estão computados todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir diretamente ou indiretamente no **fornecimento dos materiais**, objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.
- O prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação.

Cidade/UF, de de 2021.

Nome e assinatura do representante legal e carimbo da empresa